



PROGRAMAÇÃO
CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS
Como os Antigos Julgavam?

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Cláudio Luís Braga dell’Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 07/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 28 de outubro de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 03 de novembro a 02 de dezembro de 2026 Aulas síncronas: 09, 16 e 23 de novembro, das 9h às 11h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	12 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Práticas judiciais na Antiguidade. Surgimento da retórica forense criação da jurisprudência técnica. Homero. Sófocles. Górgias. Platão. Cicero.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Ética; Epistemologia, Filosofia e Teoria da Justiça		

JUSTIFICATIVA	A prática jurisdicional contemporânea enfrenta o desafio ético e operacional de conciliar a celeridade processual, impulsionada pela automação e pela hiperprofusão normativa, com a necessidade premente de fundamentação substancial e prudente das decisões judiciais. Em um cenário em que a aplicação mecânica da norma corre o risco de desumanizar a prestação jurisdicional e fragilizar a legitimidade das instituições, surge o problema concreto: como assegurar que a tomada de decisão pelos magistrados não se reduza a um mero formalismo burocrático, mas permaneça enraizada em uma rigorosa racionalidade argumentativa, na equidade e no compromisso com a justiça? Diante desse dilema, o exame histórico-crítico da gênese das práticas judiciárias na Antiguidade clássica (Grécia e Roma) revela-se não como um mero exercício de erudição antiquária, mas como um poderoso instrumento de reflexão teórica e pragmática. Foi no ambiente democrático da <i>polis</i> grega e nas estruturas institucionais da <i>res publica</i> romana que se forjaram as matrizes conceituais do devido processo, os padrões do convencimento racional e a técnica da controvérsia (<i>controversia</i>), além dos parâmetros éticos da prudência do julgador. Ao investigar o surgimento da retórica forense e a formação da jurisprudência técnica a partir dos textos fundamentais da literatura e filosofia antigas, de Homero a Cícero, o curso desenvolve competências essenciais para a atuação no presente. Assim, o curso reconecta a magistratura às raízes humanistas e reflexivas do Direito, capacitando os julgadores a enfrentar as complexidades do contencioso atual com profundidade analítica, rigor interpretativo e sensibilidade ética.
OBJETIVO GERAL	Ao final do curso os(as) magistrados(as) estarão aptos a analisar e aprimorar as estruturas de tomada de decisão e fundamentação das sentenças, de forma interdisciplinar, integrando as matrizes retóricas, hermenêuticas e éticas forjadas no pensamento jurídico da Antiguidade clássica.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)	1. Avaliar criticamente a racionalidade das peças processuais e os discursos das partes, identificando falácias, estratégias persuasivas e vícios de argumentação a partir do ferramental da retórica forense greco-romana. 2. Fundamentar as decisões judiciais com base no princípio da equidade (<i>epieíkeia</i>) e no julgamento prudencial (<i>prudentia</i>), adequando a norma abstrata às particularidades do caso concreto sem incorrer em arbitrariedades. 3. Reconfigurar a prática jurisdicional cotidiana, superando a aplicação puramente mecânica da norma e promovendo uma atuação informada pela história e a filosofia do direito que nascem em época greco-romana.
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	Carlos Gustavo Direito CPF: 051.458.337-17 E-mail: carlosgustavo@tjrj.jus.br e Telefone (21)99549-6655 Desembargador do TJ/RJ. Doutor em Direito UVA. Doutor em História Comparada UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica (UnB). Professor Direito Romano PUC e do PPGD em Direito UVA. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: https://lattes.cnpq.br/0929190323828552
TUTORIA	Carlos Gustavo Direito CPF: 051.458.337-17 E-mail: carlosgustavo@tjrj.jus.br e Telefone (21)99549-6655 Desembargador do TJ/RJ. Doutor em Direito UVA. Doutor em História Comparada UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica (UnB). Professor Direito Romano PUC e do PPGD em Direito UVA. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: https://lattes.cnpq.br/0929190323828552

DOCENTES	Carlos Gustavo Direito CPF: 051.458.337-17 E-mail: carlosgustavo@tjrj.jus.br e Telefone (21)99549-6655 Desembargador do TJ/RJ. Doutor em Direito UVA. Doutor em História Comparada UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Metafísica (UnB). Professor Direito Romano PUC e do PPGD em Direito UVA. Possui certificação Formação de Formadores. Link para o Lattes: https://lattes.cnpq.br/0929190323828552 Gabriele Cornelli CPF: 213859878-04, E-mail: cornelli@unb.br e Telefone: 61-981850375 Professor Titular da Universidade de Brasília; Coordenador da Cátedra UNESCO Archai sobre as Origens Plurais do Pensamento Ocidental. Pós-doutorado em Filosofia Antiga pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), pela Università degli Studi di Napoli, Federico II (Itália), pela Universidade de Oxford (Reino Unido). Link para o Lattes: http://lattes.cnpq.br/4547907128459717
METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO	Este curso é composto de 3 módulos de duração de uma semana cada. Em cada módulo haverá uma pasta de material complementar para as leituras da semana, um encontro síncrono a cada semana e uma atividade participativa e avaliativa. Os textos antigos serão discutidos em sala e os materiais de apoio serão estruturados de modo a gerar uma aproximação gradual e aprofundada com o tema. Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas: () Gravação de videoaula (x) Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates () Questões formativas Ferramentas ativas: () Questionário () Mural Virtual () Mapa Mental () Wiki () Glossário (X) Podcast (X) Encontro síncrono (data/hora) () Kahoot; Mindmeister; Miro; etc... () Outras atividades:
PROGRAMAÇÃO	
AMBIENTAÇÃO Período de: 03 e 04/11	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador; Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).

Módulo 1 Período de: 05 a 11/11 Carga horária: 04 horas	Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 09/11, 9h-11h Tema: A Justiça em Atenas - Górgias e Demostenes: A justiça argumentativa e os tribunais dos cidadãos Conteúdo programático: A formação da justiça na Atenas dos sécs. V e IV AEC. A justiça argumentativa. A Helieia como laboratório político da palavra: tribunais compostos por centenas de cidadãos onde a justiça emerge da disputa discursiva. Docente: Carlos Gustavo Direito Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10 min). Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (50min). Discussão de casos concretos/aplicação prática na fundamentação das decisões judiciais (60 min). Atividades e Avaliação de aprendizagem: Fórum de discussão formativa (1 hora) A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas, nos debates no fórum de discussão formativa – postagem e comentários nas postagens dos demais discentes. Leitura obrigatória: (1 hora) DEMÓSTENES. Discursos Forenses (a selecionar). Tradução. Luis Alberto Goulart Firmino .São Paulo, MNEMA, 2026. GÓRGIAS. Apologia De Palamedes, Elogio de Helena. Tradução Maicon Reus Engler. São Paulo: Odysseus, 2023. PLATÃO. GÓRGIAS. São Paulo. Perspectiva. 2016. Tradução Daniel R. N. Lopes. (trecho: 475-645) Leitura complementar de aprofundamento: ARISTÓTELES. A Arte da Retórica. Tradução Rodrigo Bravo. São Paulo: Madamu, 2023. CASSIN, Bárbara. O efeito sofístico. São Paulo: Editora 34, 2005. CASERTANO. Giovanni. Sofista. São Paulo.PAULUS EDITORA.2010.
Módulo 2 Período de: 12/11 a 18/11 Carga horária: 3 horas	Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 16/11, 9h-11h Tema: O julgamento de Sócrates e a justiça da cidade ideal em Platão Conteúdo programático: Contexto Histórico e Filosófico: A Atenas democrática e as acusações formais e informais contra Sócrates (Apologia). A Condenação e a Ética Sócrática: A recusa em fugir, o dever ético e o respeito às leis no diálogo Crito. Crítica Platônica à Democracia: Como o julgamento motivou Platão a rejeitar a política ateniense e buscar a justiça ideal. A Cidade Ideal (Kallipolis). Docente: Gabriele Cornelli Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10 min). Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (50min). Discussão de casos concretos/aplicação prática na fundamentação das decisões judiciais (60 min). Atividades e Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas. Leitura obrigatória: (1 hora) CHEVITARESE, André & CORNELLI, G (2008) (Almost) forgotten complicity: Socrates (and Plato) between the Oligarchic Coup of 404 BC and the Democratic Restoration of 403. In

	Pedro Paulo A. Funari & Renata Senna Garraffoni & Bethany Letalien (Orgs.). New Perspectives on the Ancient World. Oxford: Archaeopress/FAPESP, 2008, p. 161-167. (em tradução brasileira) VEGETTI, Mario (2018). Ética e política. In Cornelli, G. & Lopes, R. Coimbra Companions: Platão. Coimbra: Coimbra University Press, 2018. Leitura complementar de aprofundamento: Platão. Episódio 100 do Podcast Archai Entrevista com Gabriele Cornelli https://www.youtube.com/watch?v=E11BVkmZdM8 A 'República' de Platão Entrevista com Gabriele Cornelli, Luca Pitteloud e Maria do Céu Fialho. Por Marcelo Consentino. https://estadodaarte.estadao.com.br/filosofia/a-republica-de-platao/ Verbetes da Stanford sobre Platão, traduzido para o português, também pelo Estadão: https://estadodaarte.estadao.com.br/filosofia/stanford-encyclopedia-philosophy-platao/
Módulo 3 Período de: 19/11 a 25/11 Carga horária: 3 horas	Encontro síncrono (2h) Dia e horário: 23/11, 9h-11h Tema: A justiça em Roma: As magistraturas republicanas e Cícero. Conteúdo programático: Linhas gerais sobre as Magistraturas romana. O papel dos Pretores e do Juiz no sistema processual romano. As principais defesas de Cícero e a construção do orador. Docente: Carlos Gustavo Direito Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10 min). Exposição dialogada sobre o conteúdo da aula (50min). Discussão de casos concretos/aplicação prática na fundamentação das decisões judiciais (60 min). Atividades e Avaliação de aprendizagem: A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) nas aulas síncronas. Leitura obrigatória: (1 hora) DIREITO. Carlos Gustavo Vianna. Cícero, Homo Platonicus. Revista EMERJ, v. 27, p. 1-32, 2025. SANTOS, Gilson Charles dos. Êthos do orador e as práticas públicas de argumentação na república romana tardia. In: Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo, v. 7, n. 2, p. 41-59, 2018. Leitura complementar de aprofundamento: CÍCERO, Marco Túlio. Orator. In: Lima, Sidnei Calheiros de. Tradução de Cícero, Orator 1-19. In: RÓNAI. Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios, vol. 11, n.1, p. 23-42, 2023. CÍCERO, Marco Túlio. Brutus. In: Almeida, Olavo Vinícius Barbosa de. O Brutus de Marco Túlio Cícero: estudo e tradução. Dissertação. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. CÍCERO, Marco Túlio. Defesa de Milão. 2. ed. Tradução Marlene L. V. Borges. São Paulo: Madamu, 2024.

Módulo de Avaliação final Período de: 26/11 a 02/12 Carga horária: 2 horas	Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso Avaliação das Aulas Avaliação de Reação
AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)	Aulas síncronas (25 pontos cada) - 75 pontos Fórum de discussão – 25 pontos
CERTIFICAÇÃO	Registro no SIEM Emissão de certificado na plataforma Moodle

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.
3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será

disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.

6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.